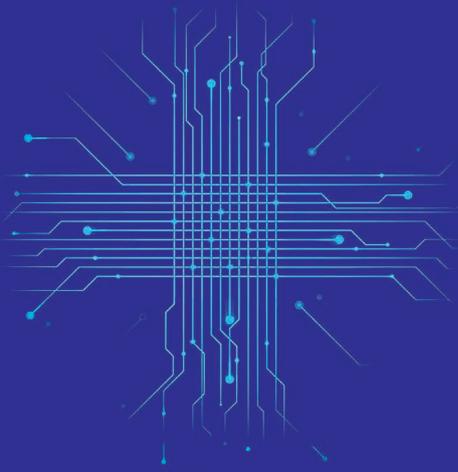


JUAREZ FREITAS
THOMAS BELLINI FREITAS

DIREITO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Em Defesa do Humano



FORUM

JUAREZ FREITAS
THOMAS BELLINI FREITAS

DIREITO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

EM DEFESA DO HUMANO

Área específica da obra
Direito Público

Áreas afins do livro
Direito Administrativo, Direito da Regulação,
Inteligência Artificial

Público-alvo/consumidores da obra
Profissionais de Direito em geral

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001814

Neste livro, os autores examinam, com profundidade, tópico relevantíssimo para os juristas do século em curso: a inteligência artificial. Traçam a trajetória histórica da inovação disruptiva em tela e conceituam a inteligência artificial, sublinhando a autonomia relativa das máquinas que aprendem. Os algoritmos já produzem atos jurídicos. Exemplificam aplicações impressionantes e impactos sistêmicos. Postulam que, bem regulada, pode ser uma ferramenta valiosa, à condição de que respeite o núcleo das atribuições humanas. Recomendam, nesse sentido, um protocolo regulatório que inclui diretrizes como indelegabilidade da decisão intrinsecamente humana, escrutínio de impactos diretos e indiretos, transparência, explicabilidade, responsabilidade, identificabilidade, sustentabilidade, supervisão humana e reversibilidade. Estudam os vieses das decisões algorítmicas e preconizam um sistema artificial desviesado e desviesante. Solucionam, de maneira consistente, os principais dilemas regulatórios e abordam pontos avançados como responsabilidade (civil, penal e administrativa) e explicabilidade da inteligência artificial. Trata-se de trabalho primoroso, que descortina temática rica e fascinante, mantendo o fio condutor da permanente e inabalável defesa do genuinamente humano. Obra de leitura indispensável.

F866d	Freitas, Juarez
Direito e inteligência artificial: em defesa do humano / Juarez Freitas, Thomas Bellini Freitas.– Belo Horizonte : Fórum, 2020.	
172 p.; 14,5x21,5cm ISBN: 978-65-5518-056-5	
1. Direito Público. 2. Direito Administrativo. 3. Inteligência Artificial. 4. Direito da Regulação. I. Freitas, Thomas Bellini. II. Título.	
CDD 341 CDU 342	

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):
FREITAS, Juarez; FREITAS, Thomas Bellini. <i>Direito e inteligência artificial: em defesa do humano</i> . Belo Horizonte: Fórum, 2020. 172 p. ISBN 978-65-5518-056-5.

Juarez Freitas

É um dos juristas brasileiros mais eminentes. Entre suas obras consagradas, mencione-se *Sustentabilidade: direito ao futuro* (ora em quarta edição), agraciada com a Medalha Pontes de Miranda. É Professor, Advogado e Árbitro. Membro do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público. Presidiu o Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. Membro da Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da OAB e presidente do Comitê de Advocacia Digital da OAB/RS. É Presidente do Conselho Editorial da *Revista Interesse Público – IP*.

Thomas Bellini Freitas

É Mestrando em Direito da UFRGS, tendo recebido Láurea Acadêmica pela Faculdade de Direito daquela universidade. É Pesquisador do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público. Advogado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	21
CAPÍTULO 2	
CONCEITO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	27
2.1 Conceito proposto	27
2.2 <i>Machine learning</i> e o aprendizado de máquina	31
2.3 Inteligência de máquina: enigma a decifrar	33
CAPÍTULO 3	
APLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	39
3.1 Ilustrações	39
3.2 Riscos e abrangência	50
CAPÍTULO 4	
IMPACTOS SISTÊMICOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	51
4.1 Inteligência artificial e as falhas de mercado	51
4.2 Regulação da inteligência artificial em defesa do humano	57
4.3 Avaliação sistêmica de impactos da inteligência artificial	63
4.4 O que existe de genuinamente humano a merecer defesa	67
CAPÍTULO 5	
DIREITO, ÉTICA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DIRETRIZES PARA A DECISÃO ALGORÍTMICA	73
5.1 Protocolo ético-jurídico para a inteligência artificial	74
5.2 Orientações éticas convergentes	85
CAPÍTULO 6	
VIESES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	93
6.1 Os vieses da inteligência artificial	93
6.2 Inteligência artificial desviesada e desviesante: duplo movimento	96
6.2.1 Inteligência artificial desviesada	96
6.2.2 Inteligência artificial desviesante	98
CAPÍTULO 7	
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E EXPLICABILIDADE	101
CAPÍTULO 8	
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DILEMAS REGULATÓRIOS	109
8.1 Reexame de categorias significativas para a regulação em defesa do humano	109
8.2 Dilemas regulatórios da inteligência artificial	115

CAPÍTULO 9

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, RESPONSABILIDADE E PROPRIEDADE INTELECTUAL	121
9.1 Inteligência artificial e responsabilidade	121
9.2 Inteligência artificial e responsabilidade civil.....	121
9.3 Identificação do responsável: alternativas	128
9.3.1 Suposta irresponsabilidade por dano associado à inteligência artificial	129
9.3.2 A empresa desenvolvedora e a empresa que utiliza a inteligência artificial.....	131
9.3.3 A responsabilidade do consumidor da inteligência artificial	134
9.3.4 A personalidade jurídica da inteligência artificial	135
9.4 Inteligência artificial e responsabilidade penal.....	136
9.5 Inteligência artificial e responsabilidade civil do Estado	140
9.6 Inteligência artificial e propriedade intelectual	141
9.6.1 O desenvolvedor e a propriedade intelectual da IA	142
9.6.2 Inteligência artificial como possível detentora de propriedade intelectual.....	143
CONCLUSÃO	147
REFERÊNCIAS.....	151